

**DA FILOLOGIA À HISTÓRIA CULTURAL: A VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER EM TEMPOS DE RECLUSÃO SOCIAL**⁸¹

Manoela Nunes de Jesus (UFBA)

manoelanunesdejesus@hotmail.com

Norma Suely da Silva Pereira (UFBA)

normasuelypereira@yahoo.com.br

RESUMO

A Filologia, quando em diálogo com a História cultural, permite ao pesquisador não só a retomada, mas também a descoberta de convenções que, por vezes desprezadas por leituras prévias, pertencem a realidades passadas, como a prática do enclausuramento feminino. No Brasil Colônia, muitas mulheres foram vítimas de agressões físicas e psicológicas mediante sua reclusão, fosse no ambiente familiar ou em conventos, o que se repete atualmente no contexto da pandemia de Covid-19, em que o isolamento social potencializa conflitos que estavam reprimidos, a exemplo da violência doméstica. À vista disso, o objetivo deste trabalho é examinar casos de abusos praticados na clausura feminina, no período colonial, bem como sua influência na permanência de conceitos equivocados sobre a mulher no imaginário coletivo. Para tanto, analisam-se três casos de violência conjugal em três requerimentos produzidos, entre os séculos XVIII e XIX, na Capitania da Bahia e selecionados no Arquivo Histórico Ultramarino, acervo catalogado pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco e disponibilizado *online* pela Biblioteca Nacional. O presente estudo recorreu a uma abordagem metodológica transdisciplinar que, centrada na atividade filológica (SPINA, 1977) e na História cultural (ALGRANTI, 1993), estabelece uma relação de interdependência com outras ciências, como a Paleografia (PETRUCCI, 2003) e a Diplomática (DURANTI, 2015).

Palavras-chave:

Filologia. Requerimentos coloniais. Violência doméstica.

ABSTRACT

Philology, when in dialogue with Cultural History, allows the researcher not only to resume but also to discover conventions that, sometimes overlooked by previous readings, belong to the past, such as the practice of female imprisonment. In Colonial Brazil, many women were victims of physical and psychological aggression through their confinement, whether in the family environment or in convents, which repeats today in the context of the Covid-19 pandemic, in which social isolation potentiates repressed conflicts, like domestic violence. Thus, the objective of this work is to examine cases of abuse practiced in female incarceration, in the colonial period, as well as its influence on the permanence of misconceptions about women in the collective imagination. To that end, three cases of conjugal violence are analyzed in three documents produced, between the 18th and 19th centuries, in the Captaincy of Bahia and se-

⁸¹ O presente artigo é resultado de uma Comunicação realizada, mediante o fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

lected in the Arquivo Histórico Ultramarino, a collection cataloged by the Projeto Resgate Barão do Rio Branco and made available online by the Biblioteca Nacional. The present study used a transdisciplinary methodological approach that, centered on philological activity (SPINA, 1977) and Cultural History (ALGRANTI, 1993), establishes an interdependent relationship with other sciences, such as Paleography (PETRUCCI, 2003) and Diplomatic (DURANTI, 2015).

Keywords:

Colonial documents. Domestic violence. Philology.

1. Introdução

A Filologia, enquanto ciência que percebe o texto como produto da cultura, do tempo e do espaço, é essencial para a promoção da reflexão e disseminação do conhecimento contido nos documentos (BASSETTO, 2000). Sob esse ângulo, aplicada a fontes manuscritas, permite ao pesquisador não só a retomada, mas também a descoberta de aspectos relativos a realidades passadas, apresentando-se, ainda, como uma ferramenta que possibilita a edição de composições fidedignas. Contudo, é necessário pontuar que a atividade filológica não atua sozinha, pois estabelece um diálogo com saberes e instrumentos fornecidos por outras disciplinas, como a Paleografia e a Diplomática (SPINA, 1977).

A Paleografia é a ciência historiográfica que se ocupa de todos os testemunhos escritos de uma determinada tradição cultural e linguística (PETRUCCI, 2003). Dessa forma, desempenha um papel fundamental no estudo da escrita, seja ela antiga ou não, ajudando a compreender sua origem e realizar sua decodificação, considerando as transformações linguísticas, por exemplo (ACIOLI, 1994). Já a Diplomática, ao explorar o processo de produção dos documentos, procura estabelecer a datação dos registros e analisar os componentes que formam a sua estrutura (DURANTI, 2015).

O presente trabalho objetiva examinar casos de abusos praticados na clausura feminina, no período colonial, bem como sua influência na permanência de conceitos equivocados sobre a mulher no imaginário coletivo até os nossos dias. Além disso, para a elaboração desse estudo, recorreu-se a referenciais teóricos de caráter transdisciplinar que incluem, além das ciências já citadas, a História cultural (SILVA, 2008; ALMEIDA, 2003; ALGRANTI, 1993), empregada para a observação das convenções encontradas no Brasil Colônia, entre as quais aquelas que conservavam as mulheres confinadas em conventos e recolhimentos para puni-las.

2. Contexto histórico-social

Na América Portuguesa, o público feminino era vítima de uma estrutura de dominação patriarcal que o submetia a diferentes tipos de agressões que incluíam a sua reclusão, fosse no espaço familiar ou em estabelecimentos religiosos, retomando uma prática medieval que já era comum na cultura europeia. Nesse contexto, muitas mulheres, além de terem a sua circulação em espaços públicos proibida ou controlada por uma figura masculina, como o pai, irmão ou cônjuge, foram constringidas a abusos de natureza psicológica, física e sexual na época em questão. Assim, tratadas enquanto figuras meramente decorativas, várias foram obrigadas a assumir um papel de subjugação, compreendido como índice de “decência”, para obedecer diligentemente aos valores católico-cristãos, sendo punidas, com violência e, até mesmo, com a morte, em alguns casos, por qualquer ação que não correspondesse aos desejos do patriarcado (SILVA, 2008).

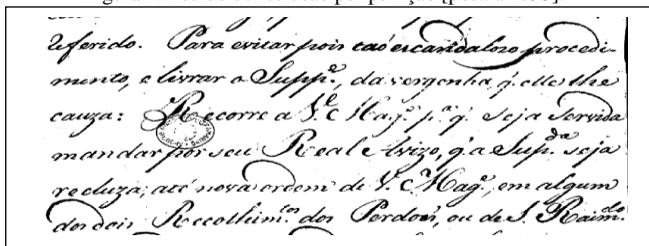
No período em evidência, os colonos solicitaram às autoridades lusitanas a construção de conventos e casas de recolhimento para enclausurar mulheres de perfis distintos, uma vez que os custos para recolhê-las em Portugal eram muito altos (ALMEIDA, 2003). Dessa forma, a parte do público feminino que supostamente cometia o crime de adultério era enviada para essas instituições para ser punida, de acordo com os princípios da Igreja. Por outro lado, aquelas que apresentavam um temperamento “inadequado”, ou seja, que destoava daquele imposto pelos homens, responsáveis por controlar os “ímpetos” femininos, também eram aprisionadas em tais casas ditas assistenciais. Já as mulheres que tentavam iniciar um pedido de divórcio, geralmente para se desligar de uma relação hostil, eram recolhidas para não dar continuidade à ação judicial.

Para ilustrar tal circunstância, apresentam-se fragmentos de requerimentos selecionados no acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, catalogado pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco e disponibilizado *online* pela Biblioteca Nacional, e escritos, entre os séculos XVIII e XIX, na Capitania da Bahia, nos quais constam pedidos de reclusão por punição. O primeiro documento foi produzido, em datação posterior a 1793, por J. da C. para acusar sua esposa do crime de adultério e solicitar que ela fosse enclausurada no Recolhimento dos Perdões ou no de São Raimundo⁸².

⁸²Este documento também foi analisado pela Profa. Dra. Norma Suely da Silva Pereira no capítulo intitulado *Recolhimentos femininos na Bahia colonial: interfaces entre Filologia*

É válido notar que, em certas partes do texto, o requerente usa expressões como “abroussou uma conducta taõ escan-/ daloza” (l. 4-5) e “seprostitua publicamente” (l. 5) para não só difamar a reputação, mas também garantir o enclausuramento de sua companheira, já que, para ele, o mais importante era a sua própria honra, conforme mostra o seguinte trecho:

Figura 1: Pedido de reclusão por punição [post. a 1793].



Fonte: Requerimento. AHU. Brasil-Baía. [post. a 1793]. Cx. 196. DOC. 14223. L. 8-13.

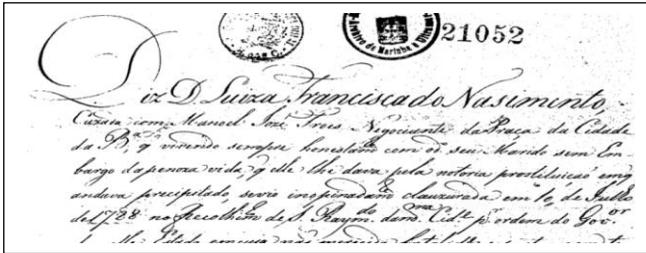
Transcrição:

[...] referido. Para evitar pois taõ escandalozo procedi-/ mento, e livrar o Supplicante, da vergonha, que elle lhe/ cauza: Recorre a Vossa Magestade para que seja servida/ mandar por seu Real Avizo, que a Supplicada seja/ reclusa; até nova ordem de Vossa Magestade; em algum/ dos dois Recolhimentos dos Perdoês, ou de São Raimundo [...].

Já o segundo registro foi feito, no ano de 1800, por D. L. do N. com o objetivo de relatar que foi colocada à força pelo próprio marido no Recolhimento de São Raimundo, como mostra o fragmento abaixo, e pedir que este lhe dê autorização para iniciar uma ação de divórcio. Cabe destacar que, em determinados trechos do manuscrito, D. L. do N. relata também que, durante os 12 anos em que esteve submetida à clausura, adquiriu uma série de moléstias que não poderiam ser tratadas com a pequena pensão que o cônjuge lhe dava, apesar dos lucros significativos que ele obtinha com os negócios da família.

e História cultural, presente no livro *Língua, cultura e sociedade: abordagens filológicas, lexicais e discursivas*, publicado em 2019.

Figura 2: Enclausuramento compulsório (1800).



Fonte: Requerimento. AHU. Brasil-Baía. 1800. Cx. 108. DOC. 21052. fº. Ir. L. 2-7.

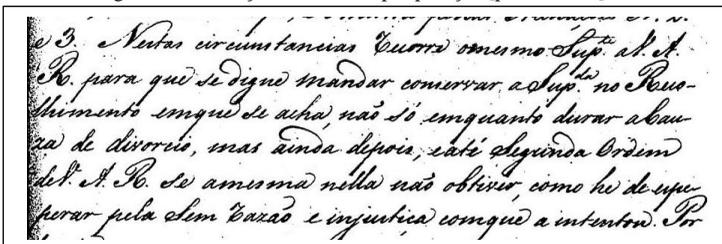
Transcrição:

Diz Dona Luiza Francisca do Nascimento, / cazada com Manoel Jozé Froes Negociante daPraça da Cidade/ da Bahia, que vivendo sempre honestamente com o ditto seu Marido sem Em-/ bargo da penoza vida; que ele lhe dava pela notoria prostituição emque/andava precipitado, sevio inopinadamente clauzurada em 10 de Julho/ de 1788 no Recolhimento de Saõ Raymundo damesma Cidade por ordem do Governador.

Elaboração das autoras.

Por fim, o terceiro documento foi elaborado, em datação posterior a 1807, por J. da C. de M. para solicitar que sua esposa fosse mantida em recolhimento durante e depois da ação de divórcio iniciada por ela. Assim como J. da C., o requerente também emprega frases como “aSupplicada continuou na mesma desordem” (l. 19) e “epara a Supplicada não ficar ex-/ posta a cahir nas Levezas, aque he propença” (l. 20-21) a fim de desmerecer a figura de sua mulher, até para que ela não conseguisse concluir o processo de separação, considerado pelo próprio J. da C. de M. como uma injustiça, conforme expõe o trecho a seguir:

Figura 3: Solicitação de reclusão por punição [post. a 1807].



Fonte: Requerimento. AHU. Brasil-Baía. [post. a 1807]. Cx. 246. DOC. 16974. fº. 1v. L. 19-24.

Transcrição:

[...] e 3. Nestas circunstancias recorre o mesmo Supplicante a Vossa Alteza/ Real para que se digne mandar conservar a Supplicada no Recolhimento em que se acha, não só emquanto durar a Cauza de divorcio, mas ainda depois, e até Segunda Ordem/ de Vossa Alteza Real se a mesma nella não obtiver, como he de esperar pela sem razão e injustiça com que a intentou. Por [...].

Elaboração das autoras.

É legítimo ressaltar que a violência nas relações de intimidade configurada como confinamento social da mulher não se restringe à conjuntura passada, mas se repete atualmente enquanto um dos reflexos de um país construído sob a égide da opressão e da subalternidade de gênero (RAMOS, 2012). Assim, ainda que o Brasil de hoje não seja o mesmo do passado, o controle do homem sobre a mulher perdura na memória social, manifestando-se, no presente, através da dificuldade que muitas enfrentam para ter acesso à educação formal, trabalhar fora de casa e ter autonomia sobre si e sobre o seu corpo. Além de negar ao público feminino a oportunidade de realização pessoal, essa conduta também resiste em violentá-lo de diferentes formas, o que pode ser percebido com o agravamento dos casos de feminicídio na situação de isolamento social causada pela pandemia de Covid-19 (ALESSI, 2020).

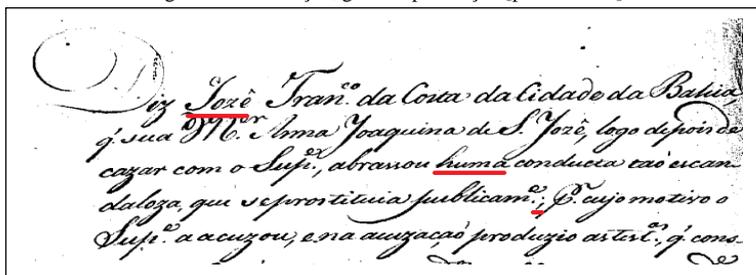
3. Critérios de edição

Para obter uma transcrição mais confiável e que possa se prestar a outros usos, optou-se pela adoção de critérios de edição semidiplomática que, caracterizada pelo baixo grau de intervenção do pesquisador, permite o desdobramento das abreviaturas e a realização de conjecturas. Essa escolha foi feita considerando a necessidade de facilitar o acesso aos manuscritos para diferentes leitores, sejam eles especialistas ou não na leitura de fontes primárias, e para a produção de trabalhos históricos, literários e linguísticos. Vale pontuar que tal interferência do filólogo no texto se caracteriza, de acordo com Toledo Neto (2020, p. 193, grifos do autor), “como um processo de *curadoria*, que visa à sua conservação e restauro”, especialmente para preservar a memória que o registro carrega.

Conforme o apresentado pela Comissão de elaboração de Normas para transcrição de documentos manuscritos para a História do Português do Brasil (CAMBRAIA *et al.*, 2001), estabeleceram-se os seguintes critérios na edição dos documentos: as linhas foram numeradas de 5 em 5, contadas a partir da primeira linha dos textos e informadas à margem es-

querda. Ademais, a grafia, a acentuação, a pontuação e o uso de maiúsculas e minúsculas foram conservados segundo os fac-símiles, mantendo-se também o sinal de nasalidade na última letra do ditongo nasal. Por fim, foram preservadas as divisões silábicas em final de linhas, marcadas com os sinais gráficos (-) ou (=), e desdoblaram-se as abreviaturas, à exceção das alfanuméricas, que são mais usuais e não causam dificuldades na leitura, acrescentando-se a parte desenvolvida com o recurso itálico.

Figura 4: Acentuação, grafia e pontuação [post. a 1793].



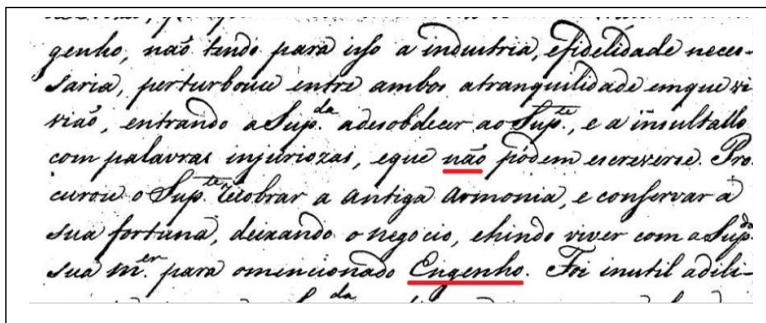
Fonte: Requerimento. AHU. Brasil-Baía. [post. a 1793]. Cx. 196. DOC. 14223. L. 2-6.

Transcrição:

Diz Jozê Francisco da Costa da Cidade da Bahia, / que sua Molher Anna Joaquina de Saõ Jozê, logo depois de/ cazar com o Supplicante, abroussou **huma** conducta tão escan-/ daloza, que seprostituia publicamente; e cujo motivo o / Supplicante a acuzou; e na acuzação produzio as testemunhas, que cons- [...].

Elaboração e grifos das autoras.

Figura 5: Sinal de nasalidade e uso de maiúsculas e minúsculas [post. a 1807].



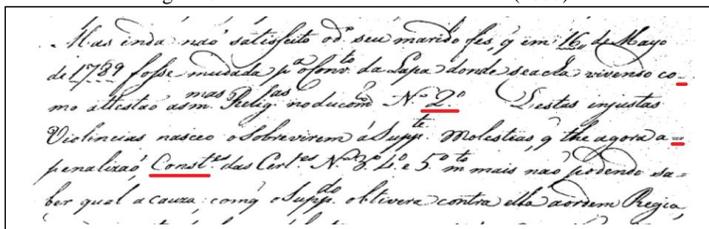
Fonte: Requerimento. AHU. Brasil-Baía. [post. a 1807]. Cx. 246. DOC. 16974. f.º
1r. L. 12-18.

Transcrição:

[...] genho, não tendo para isso a industria, efidelidade neces- saria, perturboue entre ambos atranquilidade emque vi- viaõ, entrando aSupplicada adesob[e]decer ao Supplicante, e a insultallo/ com palavras injuriozas, eque **naõ** pôdem escreverse. Pro- curou o Supplicante recobrar a antiga armonia, e conservar a/ sua fortuna, deixando o negocio, ehindo viver com aSupplicada/ sua *molher* para omencionado **Engenho**. Foi inutil a dili- [...].

Elaboração e grifos das autoras.

Figura 6: Abreviaturas e divisões silábicas (1800).



Fonte: Requerimento. AHU. Brasil-Baía. 1800. Cx. 108. DOC. 21052. fº. Ir. L. 10-15.

Transcrição:

Mas inda não satisfeito o ditto seu marido fes, que em 16 de Mayo/ de 1789 fosse mudada para oConvento da Lapa donde se acha vivendo co- mo atestaõ as mes- mas Religiosas no duemento Numero 2º. Destas injustas/ violencias nasceo a sobrevirem aSupplicante molestias, que the agora a=/ penalizaõ, **constantes** das Certidoes Numero 3º 4º e 5º muito mais não podendo sa=/ ber qual a cauza, comq/ oSupplic. obtivera contra ella aordem Regia, [...].

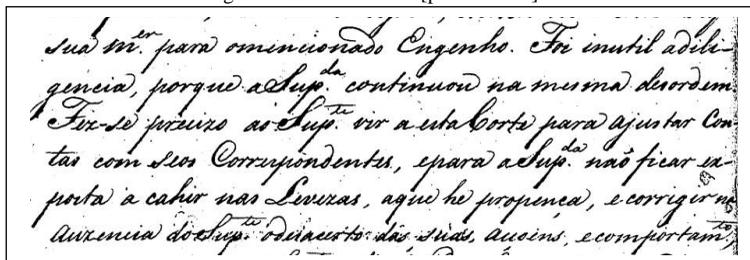
Elaboração e grifos das autoras.

4. Aspectos paleográficos

Em relação aos aspectos paleográficos, ressaltam-se as seguintes características percebidas durante a transcrição dos registros: os requerimentos possuem, de modo geral, uma escrita cursiva, marcada por um traçado claro que obedece não apenas às linhas, como também às pautas imaginárias do suporte. Além disso, apresentam também variação scriptográfica, letras maiúsculas elegantes e reclamo, que é a palavra ou sílaba inserida à direita da última linha do fólio e repetida na primeira linha do fólio seguinte, comumente utilizado para evitar a perda da sequência de fólios que não eram numerados (DIAS, 2007). Por fim, os documentos têm consoantes dobradas, como <ff>, <ll> e <pp>, ligaduras e um grande número de abreviaturas, como será mostrado na subseção a seguir.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Figura 7: Escrita cursiva [post. a 1807].



Fonte: Requerimento. AHU. Brasil-Baía. [post. a 1807]. Cx. 246. DOC. 16974. f.
1r. L. 18-23.

Quadro 1: Letras maiúsculas elegantes.

ANO	LETRA “D”	LETRA “M”	LETRA “R”
1793			
1800			
1807			

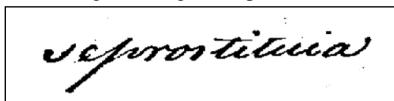
Fonte: Elaboração das autoras.

Quadro 2: Consoantes dobradas.

ANO	<ll>	<pp>
1793		
1800		

Fonte: Elaboração das autoras.

Figura 8: Ligadura [post. a 1793].



Fonte: Requerimento. AHU. Brasil-Baía. [post. a 1793]. Cx. 196. DOC. 14223. L. 5.

4.1. Abreviaturas

A presença de complexas abreviaturas – sistema utilizado para representar ou substituir palavras com o intuito de economizar tempo na escrita e espaço no suporte – pode dificultar, tornar incompleto ou, até mesmo, gerar falhas no processo de recuperação das informações contidas em documentos históricos (FLEXOR, 2008).

No *corpus* em questão, como já foi mencionado, observou-se o emprego frequente de abreviaturas, principalmente aquelas realizadas por suspensão e por letras sobrepostas. Segundo Berwanger e Leal (2008), enquanto as primeiras identificam-se pela supressão do final da palavra ou da sílaba, as segundas caracterizam-se pela inserção de uma pequena letra ou sílaba acima do termo abreviado.

Por outro lado, a ocorrência de abreviaturas alfanuméricas e por siglas foi significativamente menor. De acordo com Sobral (2021), as primeiras são comumente empregadas para encurtar a escrita do nome dos meses e dos numerais ordinais, ao passo que as segundas são compostas pelas iniciais de cada vocábulo, construindo um todo quando unidas e indicando normalmente um título.

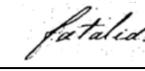
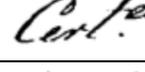
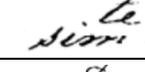
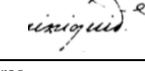
Quadro 3: Abreviaturas por suspensão [post. a 1793].

ABREVIATURA	IMAGEM	DESDOBRAMENTO
S.		Saõ
q.º		que
P.		Pede

Fonte: Elaboração das autoras.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Quadro 4: Abreviaturas por letras sobrepostas (1800).

ABREVIATURA	IMAGEM	DESDOBRAMENTO
Raym. ^{do}		Raymundo
fatalid. ^e		fatalidade
ducom. ^{to}		ducomento
const. ^{es}		constantes
Cert. ^{es}		Certidoes
sim. ^{te}		semelhante
iniquid. ^e		iniquidade

Fonte: Elaboração das autoras.

Quadro 5: Abreviaturas alfanuméricas (1800).

ABREVIATURA	IMAGEM
1. ^o	
8. ^o	

Fonte: Elaboração das autoras.

Quadro 6: Abreviaturas por sigla [post. a 1793].

ABREVIATURA	IMAGEM	DESDOBRAMENTO
V.		Vossa
E. R. M.		Espera Receber Merce

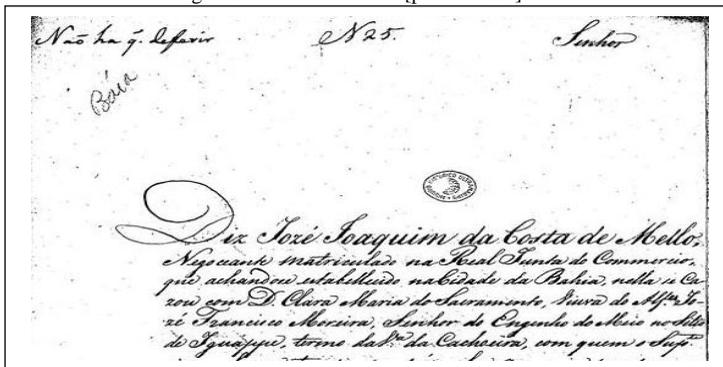
Elaboração das autoras.

5. Aspectos diplomáticos

No que diz respeito aos aspectos diplomáticos, os requerimentos escritos na antiga administração colonial possuem, segundo Durante (2015), os seguintes elementos: protocolo inicial (composto pelo contexto administrativo da ação e *formulae iniciais*); texto (formado pela ação, abarcando não apenas as circunstâncias que a originaram, bem como as condições relativas a sua execução); e escatocolo (constituído pelo contexto documental da ação e *formulae finais*).

No protocolo inicial, também chamado de cabeçalho, os documentos selecionados apresentam, de maneira geral, a invocação “Senhor(a)”, localizada na parte superior do suporte e empregada para referenciar o(a) receptor(a) da mensagem, e a denominação do(a) emissor(a), precedida pelo termo “Diz”, como se exemplifica na figura que segue:

Figura 9: Protocolo inicial [post. a 1807].



Fonte: Requerimento. AHU. Brasil-Baía. [post. a 1807]. Cx. 246. DOC. 16974. f.º 1r. L. 1-7.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

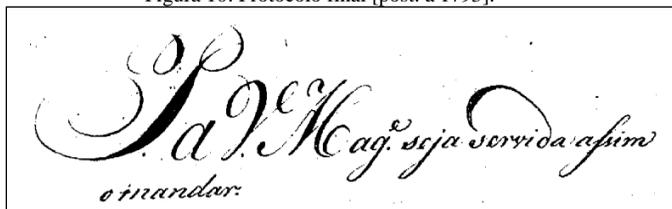
Transcrição:

Senhor/ Diz Jozé Joaquim da Costa de Mello,/ Negoceante matriculado na Real Junta do Commercio,/ que achandose estabelecido naCidade da Bahia, nella se ca- / zou com Dona Clara Maria doSacramento, Viuva do Alferes Jo- / zé Francisco Moreira, Senhor do Engenho do Meio noSítio/ de Iguappe, termo daVilla da Cachoeira, com quem o Supplicante [...].

Elaboração das autoras.

Já no protocolo final, também conhecido como escatocolo, os registros escolhidos possuem, de forma geral, o fecho, que reforça a solicitação feita no texto e se caracteriza pela presença da fórmula “Pede a Vossa Magestade/Alteza Real”. Ademais, é interessante pontuar o emprego, no requerimento redigido em datação posterior a 1807, de anotações marginais, a exemplo da assinatura de M. G. de C., que evidenciam o encaminhamento do documento.

Figura 10: Protocolo final [post. a 1793].



Pede a Vossa Magestade seja servida assim
o mandar.

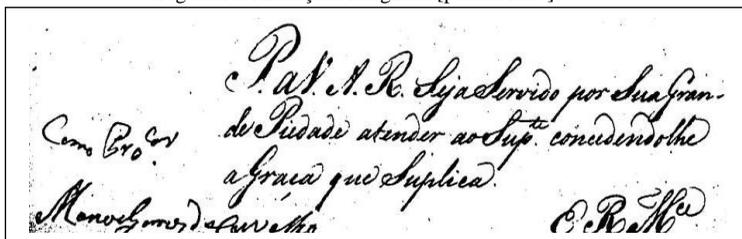
Fonte: Requerimento. AHU. Brasil-Baía. [post. a 1793]. Cx. 196. DOC. 14223. L. 17-18.

Transcrição:

Pede a Vossa Magestade seja servida assim/ o mandar.

Elaboração das autoras.

Figura 11: Anotações marginais [post. a 1807].



Como Bro. Com.
Monvelomes, da Avultho

P. A. A. R. Seja servido por sua gran.
de Piedade atender ao Sup. concedendo-lhe
a frouca que Suplicia.

C. R. M.

Fonte: Requerimento. AHU. Brasil-Baía. [post. a 1807]. Cx. 108. DOC. 21022.
fº. 1v. L. 26-28.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Transcrição:

Como Procuração

Pede a Vossa Alteza Real Seja Servido por Sua Grande Piedade atender ao Supplicante concedendo-lhe a Graça que Suplica. E Recebera Merce

Elaboração das autoras.

6. Considerações finais

O diálogo que a Filologia estabelece com a História cultural, a Paleografia e a Diplomática é essencial para entender melhor o conteúdo, a escrita e a forma dos registros antigos. Dessa maneira, a exposição e observação dos aspectos paleográficos e diplomáticos dos manuscritos escolhidos possibilitaram reafirmar algumas das características presentes na escrita dos séculos XVIII e XIX, assim como explorar a estrutura do requerimento.

O estudo das fontes primárias permitiu conhecer um pouco mais sobre as práticas socioculturais experienciadas pelas mulheres que eram enclausuradas para “correção dos costumes”, segundo os valores patriarcais da época. Desse modo, percebe-se que, na maioria das vezes, a sociedade colonial e a Igreja viam nos conventos e nas casas de recolhimento a oportunidade de estabelecer um “ideal” de vida feminina e garantir que as mulheres fossem submissas, condição para que fossem “honradas”. Acredita-se que uma maior compreensão dessa conjuntura pode colaborar para a identificação e combate de um comportamento que, até o presente, submete as mulheres a diversas formas de violência.

Constata-se também a relevância de trabalhos como esse para, principalmente, recontar a história das civilizações passadas, proporcionando a extensão, a reformulação e, até mesmo, a alteração de ideias já consolidadas. Além disso, verificou-se a importância de se usar a edição semidiplomática como técnica para produção de composições confiáveis, que não só conservam a memória presente nos registros, mas que também os tornam proveitosos para diferentes públicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. A escrita e sua evolução. In: ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *A escrita no Brasil colônia: um guia para a leitura de documentos manuscritos*. Recife: UFP, 1994.

ALESSI, Gil. Mulheres enfrentam alta de feminicídios no Brasil da pandemia e o machismo estrutural das instituições. *El País*, São Paulo, 29 dez. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-12-29/mulheres-enfrentam-alta-de-feminicidios-no-brasil-da-pandemia-e-o-machismo-estrutural-das-instituicoes.html>. Acesso em: 24 abr. 2021.

ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas: condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822*. Brasília: EDUNB; Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1993.

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. *O sexo devoto: normatização e resistência feminina no Império Português -XVI-XVIII*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. 319f.

BASSETTO, Bruno Fregni. Conceito de Filologia. *Revista Philologus*, n. 12, p. 8-28, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2000.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Euripedes Franklin. *Noções de Paleografia e Diplomática*. 3. ed. Santa Maria: UFSM, 2008.

CAMBRAIA, César Nardelli *et al.* Normas para transcrição de documentos manuscritos para a História do Português do Brasil. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). *Para a História do Português Brasileiro*. Vol. II: Primeiros Estudos. Tomo II. São Paulo: Humanitas, 2001. p. 552-5

DIAS, Elizangela Nivardo. A interessante estrutura e organização dos livros manuscritos. *Linguagem: estudos e pesquisas*, Goiás, v. 10, n. 1, 2007.

DURANTI, Luciana. Diplomática: novos usos para uma antiga ciência. *Acervo: revista do Arquivo Nacional*, v. 28, n. 1, p. 196-215, Rio de Janeiro, maio 2015.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. 3. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

PEREIRA, Norma Suely da Silva. Recolhimentos femininos na Bahia colonial: interfaces entre Filologia e História cultural. In: TEIXEIRA,

Maria da Conceição Reis; QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro (Org.). *Língua, cultura e sociedade: abordagens filológica, lexicais e discursivas*. Salvador: EDUNEB, 2019. p. 17-33

PETRUCCI, Armando. *La ciencia de la escritura: primera lección de Paleografía*. Traducción de Luciano Padilla López. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

RAMOS, Margarita Danielle. Reflexões sobre o processo histórico-discursivo do uso da legítima defesa da honra no Brasil e a construção das mulheres. *Revista de Estudos Feministas*, v. 20, n. 1, p. 53-73, Florianópolis, jan./abr. 2012.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Mulheres brancas no fim do período colonial. *Cadernos Pagu*, n. 4, p. 75-96, Campinas, 2008.

SOBRAL, Maria das Graças Telles. *Abreviaturas: performances da escrita glossário séculos XVI, XVIII e XIX*. São Paulo: Blucher, 2021.

SPINA, S. *Introdução à Edótica: crítica textual*. São Paulo: Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo, 1977.

TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida. Um caminho de retorno como base: proposta de normas de transcrição para textos manuscritos do passado. *Travessias Interativas*, São Cristóvão, v. 10, n. 20, p. 192-208, jan./jun. 2020.

Outras fontes:

REQUERIMENTO de D. Luiza Francisca do Nascimento, mulher do negociante da Bahia Manuel José Fróes, recolhida no Convento de N. S. da Lapa, no qual pede que o marido lhe dê anualmente um conto de réis de alimentos e autorização para intentar a acção de divorcio e o seu deposito em casa de familia. 13 de Dezembro de 1800. DOC. 21052. Cx. 108. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/005_BA_CA/52464. Acesso em: 02 fev. 2021.

REQUERIMENTO de José Francisco da Costa à rainha [D. Maria I] solicitando a reclusão de sua mulher, em virtude desta ter cometido adultério, no recolhimento dos Perdões ou no de São Raimundo, ambos na cidade da Bahia. [post. a 1793]. DOC. 14223. Cx. 196. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/005_BA_AV/118445. Acesso em: 24 abr. 2021.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

REQUERIMENTO do negociante da praça da Bahia José Joaquim da Costa de Mello ao príncipe regente [D. João] solicitando que sua esposa, D. Clara Maria do Sacramento, fosse mantida em recolhimento durante e depois da ação do divórcio solicitada por esta. [post. a 1807]. DOC. 16974. Cx. 246. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/005_BA_AV/164812. Acesso em: 24 abr. 2021.